

O jardim centenário: entre a memória de *Violeta* e o amanhã das nossas filhas



» GABRIELA GONZALEZ PINTO
Promotora de Justiça

No último dia 10 de março, durante a cerimônia de entrega da Medalha Mulher Mais Segura, realizada pela Secretaria de Segurança Pública, vi-me mergulhada em um anacronismo poético e político. Ao ser contemplada com essa honraria, ao lado de diversas outras autoridades e instituições, ficou evidente que a luta contra a violência doméstica jamais deve ser travada de forma isolada; o prestígio daquele momento pertencia, na verdade, a uma rede articulada de atores que dedicam suas trajetórias à construção de uma sociedade menos hostil às mulheres. Naquela solenidade, meus olhos repousaram sobre uma senhora de 100 anos de idade, também homenageada. Aquela mulher, que atravessou um século de existência, portava em seu semblante o testemunho vivo de uma luta resiliente. Observá-la transportou-me imediatamente para as páginas de *Violeta*, obra de Isabel Allende que narra a saga de uma protagonista atravessando um século de transformações sociais na América Latina, entre 1920 e 2020.

A narrativa de Allende permite a compreensão de que o corpo e o destino das mulheres foram, durante a maior parte do último século, capturados por uma legislação que funcionava

como um ostensivo instrumento de controle. Sob uma perspectiva histórica e jurídica, a obra mergulha na subjetividade feminina diante de sistemas que negaram autonomia plena às mulheres. Recordar o passado não é apenas um exercício de memória, mas uma necessidade para compreender a magnitude das conquistas atuais. O texto retrata com fidelidade o longo período em que o pátrio poder e a tutela marital imperavam soberanos, reportando a um tempo em que a mulher casada era juridicamente dependente do marido, carecendo de plena capacidade civil para a prática de atos cotidianos sem autorização conjugal.

Nesse contexto, a legislação servia para manter as mulheres em uniões muitas vezes abusivas, dada a inexistência de mecanismos legais de dissolução matrimonial e a absoluta falta de capacidade para gerir o próprio patrimônio. É imperativo recordar que a mulher não possuía autonomia para gerir seus bens ou sequer abrir uma conta bancária de forma independente, vivendo em um estado de submissão institucionalizada. A narrativa evidencia que a independência financeira e política eram direitos interditados, sendo o advento do sufrágio feminino e a batalha pelo direito ao trabalho remunerado marcos de ruptura contra a invisibilidade pública.

Hoje, deparo-me com um cenário de direitos conquistados a duras penas, mas que ainda convive com notícias desoladoras. Os jornais reportam diariamente casos graves de violações e feminicídios que tentam silenciar a existência feminina. Entretanto, é preciso reconhecer os avanços legislativos colossais que

transformaram o nosso ordenamento. Possuímos uma das leis mais protetoras do mundo, a Lei Maria da Penha, que estabeleceu medidas protetivas fundamentais para salvar vidas. No Distrito Federal, avançamos com projetos robustos, como o Provide, o Viva Flor, entre outros, além de alcançarmos índices rigorosos de responsabilização por crimes de feminicídio.

Mais do que avanços punitivos, observamos uma mudança cultural onde a construção de uma sociedade igualitária é entendida como um esforço conjunto. Há uma crescente preocupação com a formação dos meninos, compreendendo que a luta pelos direitos das mulheres precisa ser exercida também pelos homens e com a reeducação e responsabilização de homens envolvidos em contextos de violência, visando romper o ciclo da agressão através da conscientização.

Quando olho para as minhas filhas, almejo que, daqui a algumas décadas, eu possa ser aquela senhora de 100 anos, celebrando um mundo onde a dignidade feminina seja uma realidade consolidada e onde o lar seja o ambiente mais seguro.

Busco alento na metáfora de Valérie Perrin em *Água fresca para flores*: cultivar um jardim é um exercício de paciência e renovação. Perrin nos recorda que, para o crescimento saudável, por vezes "o cal e o pesticida" são necessários para purificar o que está doente na terra. Na nossa jardinagem social, o "cal" da lei neutraliza a acidez da violência e o "pesticida" das políticas públicas combate as pragas do retrocesso. Seguimos cultivando, cientes de que as sementes de hoje são a sombra e o perfume das gerações que virão.

Visto, lido e ouvido



Desde 1960

Circe Cunha // circecunha.df@dabr.com.br

O pêndulo da história e os sinais de uma contrarrevolução

Ciclos históricos raramente se desenvolvem em linha reta. Ao contrário, movem-se como um pêndulo, ora avançando em determinada direção, ora reagindo com igual intensidade no sentido oposto. Essa percepção, que atravessa séculos de reflexão política e filosófica, encontra eco até mesmo na ciência, na formulação clássica da Terceira Lei de Newton: a toda ação corresponde uma reação de mesma intensidade. Aplicada à dinâmica das sociedades, essa ideia ajuda a compreender momentos de inflexão como o que parece se desenhar no mundo contemporâneo.

Nas últimas décadas, consolidou-se um modelo de globalização que buscava reduzir fronteiras econômicas, integrar culturas e promover fluxos intensos de pessoas, capitais e ideias. Esse movimento foi, em muitos aspectos, responsável por avanços tecnológicos, expansão do comércio e aumento da interdependência entre nações. No entanto, o que ocorre em todo processo histórico de grande escala, os efeitos não foram homogêneos nem isentos de tensões.

Em diversas regiões do mundo ocidental, parte significativa da população passou a perceber esse modelo não como progresso compartilhado, mas como uma transformação acelerada que afetava identidades culturais, estruturas econômicas e formas tradicionais de vida. Surge, então, o que muitos analistas descrevem como um movimento de reação. Não necessariamente organizado ou uniforme, mas perceptível em diferentes países e contextos. Trata-se de uma resposta social e política a mudanças consideradas excessivas ou desconhecidas das expectativas de parcelas relevantes da população.

Na Europa, por exemplo, o crescimento de partidos e movimentos críticos à globalização, às políticas migratórias amplas e à centralização de decisões em organismos supranacionais revela uma mudança no humor político. Nos Estados Unidos, fenômenos eleitorais recentes também indicam uma reconfiguração do debate público, com maior ênfase em soberania nacional, controle de fronteiras e revisão de acordos econômicos. Esse movimento não pode ser compreendido apenas como uma rejeição simplista ao novo. Em muitos casos, ele expressa preocupações concretas com emprego, segurança, identidade cultural e coesão social. Ao mesmo tempo, também carrega riscos, especialmente quando se traduz em polarização extrema ou em soluções simplificadas para problemas complexos.

No Brasil, sinais desse pêndulo histórico também se manifestam. O país, que por décadas oscilou entre diferentes projetos políticos e econômicos, experimenta hoje um ambiente de forte polarização ideológica. Parte da sociedade demonstra resistência a agendas percebidas como impostas de cima para baixo, enquanto outra parcela defende a continuidade de transformações sociais e institucionais iniciadas nas últimas décadas.

Esse embate revela algo mais profundo do que simples divergência política. Ele expõe uma disputa sobre o próprio sentido do desenvolvimento, da identidade nacional e do papel do Estado. Em outras palavras, trata-se de uma disputa sobre quais valores devem orientar o futuro da sociedade.

O filósofo Friedrich Nietzsche já falava, no final do século 19, sobre o avanço do nihilismo e a perda de referências tradicionais de sentido e valor. Para Nietzsche, esse processo poderia levar a uma crise profunda, na qual antigos sistemas de crenças deixam de oferecer respostas, sem que novos paradigmas estejam plenamente consolidados. A leitura contemporânea desse diagnóstico sugere que parte das tensões atuais pode estar relacionada a esse vazio de referências. Em um mundo onde tradições são questionadas, instituições são desafiadas e identidades são redefinidas, não surpreende que surjam movimentos de reação buscando restaurar algum tipo de estabilidade ou continuidade.

No entanto, é importante reconhecer que o pêndulo da história não opera de forma mecânica ou previsível. A reação a um determinado movimento não significa necessariamente um retorno simples ao passado. Muitas vezes, o que emerge é uma síntese imperfeita entre elementos antigos e novos, moldada pelas circunstâncias específicas de cada época. Nesse sentido, falar em "fim" de um determinado modelo pode ser menos preciso do que reconhecer um processo de transformação. O que está em curso não é apenas a rejeição de ideias associadas à globalização ou a determinadas correntes políticas, mas a tentativa de redefinir os termos do debate em um mundo cada vez mais complexo e interdependente.

O ponto central não está em tomar partido de uma ou outra direção do pêndulo, mas em compreender a lógica que move esse movimento. Ignorar os sinais de insatisfação social pode levar à intensificação de tensões. Por outro lado, respostas precipitadas ou simplificadoras podem agravar problemas que exigem soluções mais elaboradas. O desafio das sociedades contemporâneas é atravessar esse período de transição sem comprometer princípios fundamentais, como liberdade, pluralismo e respeito às instituições.

Se há, de fato, uma contrarrevolução em curso, ela não deve ser entendida apenas como negação do que veio antes, mas como parte de um processo maior de ajuste histórico. O pêndulo se move, mas o ponto de equilíbrio ainda está em disputa. E, talvez, seja justamente aí que reside a principal lição desse momento: mais do que celebrar ou temer o movimento do pêndulo, é preciso compreender que a estabilidade duradoura não nasce dos extremos, mas da capacidade de construir sínteses que preservem o que há de essencial enquanto se adaptam às exigências do tempo presente.

A frase que foi pronunciada:

"A vida do homem oscila, como um pêndulo, entre a dor e o tédio, tais são na realidade os seus dois últimos elementos".

Schopenhauer

História de Brasília

Parece que foi ontem. O jornal ainda era um acampamento, todos nós morávamos no local de trabalho, porque ninguém tinha apartamento. Amanhecíamos e anoitecíamos juntos. Foi assim que a equipe se consolidou.

(Publicada em 16/5/1962)

Maurenilson Freire/CB/D.A Press



Ocupação da Serrinha do Paranoá ameaça o principal manancial de Brasília



» WILDE CARDOSO GONTIJO JÚNIOR
Especialista em recursos hídricos da Agência Nacional de Águas (ANA)

Ainda há quem não sabe, mas não custa reforçar: o principal manancial de água para abastecer a população de Brasília, totalmente distrital, é o Lago Paranoá. Esse fato se concretizou ainda em 2009, ano em que a Agência Nacional de Águas (ANA) autorizou a Caesb a captar até 2.800 litros por segundo no lago. Os estudos realizados pela ANA mostraram, naquele momento, que essa retirada era sustentável, conseguindo manter ainda outras necessidades, incluída a produção de energia elétrica pela usina instalada na barragem. Sua localização deveria ficar na parte final e mais profunda do lago.

Porém, foi somente em 2017, dentro da maior crise hídrica que o DF já vivenciou, que a Caesb instalou uma captação de 700 litros por segundo, 25% do autorizado. Ela foi localizada no braço do lago abastecido pelo ribeirão do Torto, entre a Península Norte e o Setor de Mansões do Lago Norte. Seu sucesso foi grande, e ela continua atendendo hoje o Plano Piloto, Cruzeiro, Sudoeste, Octogonal, Lago Norte, Taquari, Paranoá e Itapoã, juntamente com a estação de tratamento de água mais antiga, próxima ao Palácio do Buriti.

A outorga de direito de uso emitida pela ANA tem vigência até 2032, quando deverá ser reavaliada quanto à real capacidade do manancial de continuar atendendo à autorização de 2009. Nesse contexto, qualquer intervenção que venha reduzir a "produção de água" na bacia do Lago Paranoá é muito preocupante.

Mas quais fatores podem afetar essa "produção"? São praticamente três: em primeiro lugar, a impermeabilização do solo reduz a alimentação dos aquíferos subterrâneos. Ou seja, com ou sem nascentes visíveis acima da cota do lago, haverá redução de água afluindo para o subsolo e consequente diminuição da capacidade hídrica para novas retiradas no período da estiagem.

O segundo é quanto ao regime de afluência dessas águas: a alteração do terreno natural impacta diretamente a maneira com que as águas chegam ao lago. Com mais impermeabilização, maior vazão afluí rapidamente ao lago, deixando de infiltrar no solo, o que provoca a necessidade de abertura das comportas da barragem em períodos chuvosos, "perdendo-se" parte da água que ficaria ali armazenada. Ou seja, o que se poderia armazenar no período das chuvas para se usar na estiagem não se recupera mais. Isso fica mais severo com os efeitos já observados das mudanças do clima, onde chuvas mais intensas estão presentes em período cada vez menor durante o ano, tornando as perdas mais intensas e prováveis.

O terceiro ponto é quanto ao assoreamento, ou redução do volume de água possível de ser armazenada no lago. Esse efeito já provocou

a quase desativação do primeiro reservatório construído em Brasília, no mesmo ribeirão do Torto, e pode afetar sobremaneira o volume do lago, notadamente no local da captação atual da Caesb. Isso ocorrerá certamente, tanto pelos sedimentos oriundos de obras civis durante as construções, quanto por aqueles que advirão da lavagem das superfícies após a ocupação urbana das encostas, como pode ser o caso do loteamento proposto para a Serrinha do Paranoá.

A situação agrava-se quando, além da intensificação das ocupações imobiliárias dentro da bacia hidrográfica do Lago Paranoá, há previsões no planejamento do DF para que áreas do Tororó venham a abrigar centenas de milhares de habitantes. Para essas áreas, o manancial mais capaz e provável será o próprio (e ameaçado) Lago Paranoá.

Há, assim, um evidente paradoxo, para não dizer imprudência ou irresponsabilidade na pretensa ocupação da Serrinha. Por um lado, ameaça-se o maior manancial puramente distrital, por outro induz-se ao aumento da demanda por água que terá nesse manancial sua fonte mais confiável.

A perspectiva clara será, a curto prazo, que a ANA ou a Adasa, atual delegatária das atribuições de outorgar os recursos hídricos no DF, reveja a outorga atualmente em vigor, certamente reduzindo a vazão já autorizada e aumentando a vulnerabilidade do abastecimento de toda a cidade. Para comemorar o dia mundial da água em 2026, não podíamos ter cenário mais ameaçador!